



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro - Rio de Janeiro

Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia
"Arquivologia e suas múltiplas interfaces"
Edição Ampliada



AAERJ

Associação dos Arquivistas
do Estado do Rio de Janeiro



ENARA

Executiva Nacional das Associações
Regionais de Arquivologia

De 20 a 24 de outubro de 2008
Rio de Janeiro

Executiva Nacional Das Associações Regionais De Arquivologia - ENARA

Coordenador: Daniel Beltran Motta

Entidades Filiadas:

ABARQ - Associação Brasiliense de Arquivologia

Presidente: Guaraci Paes

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (Coord.)

Presidente: Carlos Frederico Machado

AARQES - Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo

Presidente: André Malverdes

AAPR - Associação dos Arquivistas do Paraná

Presidente: Eleopécio Fiori

AABA - Associação dos Arquivistas da Bahia

Presidente: Pablo Soledade de Almeida Santos

Coordenação do III Congresso Nacional de Arquivologia

AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro

Coordenação Geral:

Daniel Beltran Motta - Coordenador da ENARA

Carlos Frederico Machado - Presidente da AAERJ

Anna Carla Almeida Mariz - Presidente da Comissão Científica do III CNA

Equipe de Apoio:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Patrícia Kelly dos Santos

Paulo Rodrigues

Renato Motta

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Wagner Ridolphi

Equipe de Divulgação:

Paraíba: Marcela Teixeira	Rio Grande do Sul: Vinícius Mitto Navarro
Bahia: Ricardo Sodré Andrade	São Paulo: Inaldo Nascimento Conceição
Goiás: José Adilson Dantas	Distrito Federal: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ
Paraná: Associação dos Arquivistas do Paraná – AAPR	Espírito Santo: Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQES

Comissão Científica

Anna Carla Almeida Mariz, DSc (Presidente)

José Maria Jardim, DSc

Luiz Cleber Gak, DSc

Julia Bellesse da Silva Lins, DSc

Vanderlei Batista dos Santos, MSc

Daniel Flores, DSc

Elaine Coutinho Marcial, MSc

Márcia Valéria Brito Costa, MSc

Comissão de Apoio Científico:

Alex Pereira de Holanda

Lucina Ferreira Matos

Marcelo Nogueira de Siqueira

Vanessa de Arruda Jorge

Welder Antônio Silva

Equipe Editorial

Coordenação:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta

Projeto Gráfico:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Welder Antônio Silva
Michel El-Chaer Saddock de Sá

Redação e Organização:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Lucina Ferreira Matos
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Revisão:

Anna Carla Almeida Mariz
Daniel Beltran Motta
Vanessa de Arruda Jorge
Welder Antônio Silva

Edição e Distribuição:

ENARA - Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia
AAERJ - Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro
III Congresso Nacional de Arquivologia

C749t Congresso Nacional de Arquivologia (3. : 2008 : Rio de Janeiro, RJ)
III Congresso Nacional de Arquivologia : tema, arquivologia e suas múltiplas interfaces . - ed. aum. - Rio de Janeiro : ENARA : AAERJ, 2008.
1 cd-rom ; 4 ¾ pol.

1. Arquivologia - Congressos. I. Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivistas (Brasil).
II. Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro.
III. Título.

CDD: 027
ISBN: 978-85-62320-00-2

III Congresso Nacional de Arquivologia

Tema: "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"

Eixos temáticos:

A Arquivologia contemporânea: métodos, objetos e dimensões teóricas.

A Arquivologia e suas relações com outros campos do conhecimento (seja nas práticas profissionais ou na produção do saber arquivístico)

Áreas de concentração:

1. Ensino e pesquisa em Arquivologia
2. Políticas arquivísticas
3. Normalização arquivística
4. Gestão e preservação de documentos digitais
5. Gestão e preservação de documentos audiovisuais
6. Tendências no mercado de trabalho
7. Relações interdisciplinares: confluências e antinomias.

Ementa:

A Arquivologia como território interdisciplinar. A arquivologia e as ligações que podem contribuir para o seu desenvolvimento. Os pontos de união com as outras áreas com as quais se relaciona e/ou faz fronteira, a compreensão dessas relações, os pontos de convergência e divergência e as disciplinas que favorecem os estudos arquivísticos e são favorecidas por eles. A arquivologia e o seu próprio território. A relação entre as partes do todo. O fortalecimento e o desenvolvimento da arquivologia. Reflexões sobre a área e as questões referentes ao seu objeto de estudo, considerando as suas especificidades.

Sessão de Abertura

Dia 20/10 – Arquivo Nacional
18hmin – 21h00min

Palestra:

Construção das múltiplas interfaces da Arquivologia

Maria Izabel de Oliveira

Sessões Plenárias

Dia 21/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Mediador: Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Palestras:

Dimensões interdisciplinares da Arquivologia

José Maria Jardim

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia

Luiz Cleber Gak

**Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la
profesión**

Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Dia 23/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Mediador: Vanderlei Batista dos Santos

Palestras:

Fatores de risco de perda de documentos eletrônicos de caráter arquivístico
Mário Augusto Muniz Guedes

**Certificação Digital integrada ao GED: conceitos,
fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos
analógicos para digitais**
Stefano Kubiça

Dia 24/10 - Auditório – 25º andar
9h00min - 12h30min

Normalizações e Políticas Arquivísticas

Mediador: Paulo Knauss

Palestras:

Normas e Políticas Públicas Arquivísticas: uma abordagem conceitual
Ana Celeste Indolfo

ISDF: Uma nova norma para a recuperação do contexto
Vitor Manoel Marques da Fonseca

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa
Maria da Paz Martín-Pozuelo Campillos

Comunicações Livres

Dia 21/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Ricardo Sodré Andrade
(Mestrando em Ciência da Informação - UFBA)

Programa de Gestão Documental do Estado do Espírito Santo– PROGED
Alessandra Baptista Lyrio, Herlon Nardoto Gomes, Sandro Pandolpho da Costa,
Jussara Texeira, Ruth Mirian Salay de Mello, Aline Souza Gaigher, Silas Raasch

Integração de instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Vânia Medeiros Ribeiro, Maria Lourdes Blatt Ohira, Delsi Fries Davok

Gestão Arquivística de Documentos no Jornal Correio Braziliense: do planejamento à ação

Vânia Caldas, Paulo Vinícius Sette de Lima Mello, Michelle Ribeiro Cortês

Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: o projeto-piloto na Faculdade de Ciências Econômicas

Flavia Helena Conrado, Maria do Rocio Fontoura Teixeira

A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso

Aline Pestana de Menezes, Ana Carolina Andrade dos Santos, Janete Romeiro, José Mauro da Conceição Pinto, Rodrigo Ferreira do Carmo

Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as Instituições Federais de Ensino Superior e Tecnológico do Ministério da Educação

Inaldo Nascimento Conceição

Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis

Rafaela Augusta de Almeida

Dia 21/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderadora: Lucina Ferreira Matos
(Mestranda em História, Política e Bens Culturais - FGV)

A contribuição da Arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um Museu: O caso do Museu Histórico e de Artes de Ibiporã – PR - “Espaço de Memória”

Gleice Carlos Nogueira Rodrigues

Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira
Luciana Souza de Brito

Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto
Rita de Cássia Souza Ribeiro

Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens
Joice Cleide Cardoso Ennes de Souza

A migração de suporte para preservação do acervo sonoro da Rádio MEC
Marcelo de Oliveira Albuquerque e Munik de Araujo Miranda

Nova dança para uma velha orquestra: os sistemas nacionais de informação
Miriane da Costa Peregrino

A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais
Tiago Braga da Silva, Attilio Provedel

Dia 22/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: André Ricardo de A. V. Luz
(Mestrando em Ciência da Informação - UFF/IBICT)

Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos
Danilo André Bueno, Marta Lígia Pomim Valentim

Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista
Carlos Eugênio da Silva Neto, Janecely Silveira de Lima, João Wandemberg Gonçalves Maciel

Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico
Ricardo S. Andrade, Rubens R. G. da Silva

Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional
Sílvia Mendes Masson

Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)
Alexandre de Souza Costa, Alexandre de Souza Pontes

Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – ÁREA-FIM – PROMA

Otacílio Guedes Marques

Proposta de critérios para escolha de software gerenciador de arquivo: o caso do Centro de Memória da Extensão da UFES

Alzinete Maria Rocon Biancardi, Edílson Freire Filho, Luiz Carlos da Silva

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro

Moisés Rockembach, Lizete Dias de Oliveira

Dia 22/10 - Sala 5 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Flávio Leal da Silva
(Professor da UNIRIO e Doutorando em Memória Social – UNIRIO)

O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo “Grupo Somos” do Arquivo Edgard Leuenroth

Antonio Gouveia de Sousa

Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local

André Malverdes

Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional

Renato Crivelli Duarte

Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral

Daniele Cavaliere Brando

Usuários e pesquisas do arquivo da Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC)

Tassiara Jaqueline Fanck Kich, Carlos Blaya Perez

Estudo de usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ

Ivone Pereira de Sá, Jean Maciel Xavier

Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro século XIX e XX - características e peculiaridades

Solange Barbosa Bittencourt, Rosangela Maria Gaudie Ley Meneses

Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales

Edison Yamir Toledo Díaz

Dia 23/10 - Sala 4 – 18º andar
14h00min – 17h30min

Moderador: Welder Antônio Silva
(Mestrando em Ciência da Informação – UFF/IBICT)

A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em
Arquivologia no Brasil (1996-2006)
Eliezer Pires da Silva

A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de
um campo extradisciplinar
Angelica Alves da Cunha Marques, Georgete Medleg Rodrigues

A construção discursiva em Arquivologia: aspectos conceituais
Thiago Henrique Bragato Barros, João Batista Ernesto de Moraes

A trajetória da Arquivologia: três visões sobre os arquivos
Eliezer Pires da Silva

A formação do estudante de Arquivologia da Universidade Estadual da
Paraíba
Aryelly S. C. de Sousa, Francinete F. de Sousa, Josivan Soares Ferreira, José Tavares dos Santos

O mercado de trabalho do profissional arquivista da UEL face à sua formação
Edilene Fatel Aureliano, Gisele Barreiros Oliveira, Linete Bartalo

A importância da leitura para os discentes do Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba/UEPB
Josivaldo Soares Ferreira, Josivan Soares Ferreira, Marli Batista Fidelis, Josenildo Forte de Brito

Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos
profissionais da informação
Fernanda Pereira, Benildes Coura M. S. Maculan, Gercina Angela Borém O. Lima

Trabalhos apresentados nos Eventos Paralelos

21/10 - Auditório - 25º andar
14h00min – 17h30min

IV Reunião de Arquivos Judiciais

Gestão de documentos no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: uma evolução em gestão de documentos públicos
Gilberto de Souza Cardoso

22/10 - Auditório – 22º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Arquivos Médicos

Projeto de revitalização e modernização dos Arquivos Médicos
Vania Franco de Oliveira

22 /10 - Sala 1 - 18º andar
09h00min – 12h30min

I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético

Nível de satisfação da organização documental da Usina Hidrelétrica de Itiquira – MT
Mariza Inês da Silva Pinheiro, Josilaine Oliveira César

23/10 - Sala 1 - 18º andar
14h00min – 17h30min

V Encontro de Paleografia e Diplomática

A Diplomática Arquivística Contemporânea: o papel teórico de Luciana Durante
Natália Bolfarini Tognoli

22/10 - Auditório – 22º andar
14h00min – 17h30min

II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo

Os arquivos do Poder Legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental
Ana Isabel de Souza Leão Andrade

Agradecimentos

Ana Lúcia Ferreira Gonçalves

André Ricardo Luz

Anna Szlejcher

Beatriz Kushnir

Carla Cavalcante de Hollanda

Carlos Wilton

Charley Luz

Cláudia Bemfica

Clube de Engenharia

Conselho Nacional de Arquivos

Ely Bastos de Lima

Fernanda Soares

Flávio Leal da Silva

João Euripedes Franklin Leal

João Nepomuceno

Lamberto Ricarte Serra Júnior

Marcos Moyses da Cunha

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

Roberto da Costa Cardoso

Secretaria de Turismo da Prefeitura do Rio

Tereza Eleutério de Sousa

Vânia Maria Franco de Oliveira

Abertura do Congresso

A construção das múltiplas interfaces da arquivologia	18
---	----

Sessões Plenárias

Dia 21-10 Tema: Ensino e Relações Interdisciplinares da Arquivologia

Resumo do Mediador	27
--------------------	----

Ensino e relações interdisciplinares da Arquivologia	30
--	----

Ensino: tendências para a formação em Arquivologia	44
--	----

Archivística y Sociedad. Un alianza imprescindible para el afianzamiento de la profesión
(Texto não enviado pela palestrante)

Dia 23-10 Tema: Gestão e Preservação de Documentos Digitais

Resumo do Mediador	60
--------------------	----

Fatores de Risco de Perda de Documentos Eletrônicos de Caráter Arquivístico	63
---	----

Certificação Digital integrada ao GED: conceitos, fundamentos, aplicabilidades e desafios para migração de documentos analógicos para digitais	99
--	----

Dia 24-10 Tema: Normalizações e Políticas Arquivísticas

Resumo do Mediador	123
--------------------	-----

Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual	126
---	-----

ISDF: uma nova norma para a recuperação do contexto	138
---	-----

Análisis prospectivo de las políticas archivísticas en españa (Texto não enviado pela palestrante)

Comunicações Livres

Dia 21-10 sala 4

Resumo do moderador	146
Programa de gestão documental do estado do Espírito Santo – PROGED	148
A Gestão Arquivística em uma Instituição de Ensino em Saúde: um Estudo de Caso	157
O Sistema de Acervos e Arquivos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: um relato das atividades do projeto-piloto de organização do acervo documental da Faculdade de Ciências Econômicas	170
Padronização de instrumentos de classificação de documentos arquivísticos: uma proposta para as instituições federais de ensino superior e tecnológico do ministério da educação.	185
Gestão arquivística de documentos no jornal correio brasileiro : do planejamento à ação	203
Identificação de tipologias documentais como parâmetro para avaliação de documentos contábeis.	223
Integração dos instrumentos de gestão documental ao sistema de correspondência e processos administrativos (CPA) da universidade do estado de santa catarina (UDESC)	249

Dia 21-10 sala 5

Resumo do moderador	267
A engenharia social e os profissionais da informação de arquivos empresariais	269
A contribuição da arquivística para a gestão do acervo fotográfico de um museu.	283
Representação e uso da fotografia jornalística em banco de imagens	300
Acervo fotográfico: produto das funções e atividades da Escola de Enfermagem. Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria	319
A migração de suporte para preservação do acervo fonográfico da rádio MEC	333
Nova dança para uma velha orquestra os sistemas nacionais de informação	346
Caricatura: análise, interpretação e representação documentária da imagem/texto	366

Dia 22-10 sala 4

Resumo do moderador (Texto não enviado pelo moderador)	
Documentos eletrônicos em processos comerciais: o caso das cidades de Angra dos Reis (RJ) e São Paulo (SP)	386
Fluxos documentais em ambientes empresariais: características, tipologias e usos	405
Letramento digital: um subsídio na formação do profissional arquivista	416
Proposta de Critérios para Escolha de Software Gerenciador de Arquivo: O Caso do Centro de Memória da Extensão da Ufes	430

Assinatura digital como fenômeno infocomunicacional: estudo de caso no judiciário brasileiro	440
Projeto de modernização dos arquivos do TJDFT – área-fim – PROMA	453
Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência: a publicação dos produtos das descrições arquivísticas em meio eletrônico	468
Repositórios Digitais e unidades de informação tradicionais e suas interfaces na Sociedade Informacional	482

Dia 22-10 sala 5

Resumo do moderador	503
Memória do trabalho: o tratamento do fundo documental do Sindicomerciários-ES e a sua importância para a história local	505
O arquivo e a memória das minorias sociais: um estudo do fundo grupo 'Somos' do arquivo Edgard Leuenroth	514
Estudo dos princípios de indexação e recuperação da informação em entrevistas de história oral	526
Antecedentes y perspectivas de la gestión del conocimiento en el Archivo Nacional de la República de Cuba desde la actividad de superación y postgrado visto a través de fuentes documentales.	539
Estudo de Usuários como instrumento para gestão de arquivos permanentes: aplicação na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ	555
Arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a Memória Institucional	566
Tratamento da documentação processual manuscrita do acervo do tribunal regional federal do Rio de Janeiro século XIX e XX – características e peculiaridades	579
Usuários e pesquisas do arquivo da casa de memória Edmundo Cardoso (ACMEC)	594

Dia 23-10 sala 4

Resumo do moderador	610
A produção científica relacionada à Arquivística no Brasil: configuração de um campo extradisciplinar	618
A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos	636
A noção de informação arquivística na produção de conhecimento em arquivologia no Brasil (1996-2006)	656
Monitoria Eletrônica e Hipertextos: relevância de sua aplicação no ensino aos profissionais da informação	676
A formação do estudante de arquivologia da universidade estadual da Paraíba	687
O mercado de trabalho do profissional arquivista da Universidade Estadual de Londrina–UEL-face à sua formação	701
A importância da leitura para os discentes do curso de arquivologia da universidade estadual da Paraíba/UEPB	717
A construção discursiva em arquivologia: aspectos conceituais	734

Eventos Paralelos	
I Encontro Nacional de Arquivos Médicos	
Projeto de revitalização e modernização dos arquivos médicos	754
I Encontro Nacional de Documentação do Setor Energético	
Nível de satisfação da organização documental da usina hidrelétrica de Itiquira – MT	771
II Encontro de Arquivos do Poder Legislativo	
Os arquivos do poder legislativo da Paraíba: uma proposta de gestão documental	788
IV Reuniões de Arquivos Judiciais	
Gestão de documentos no poder judiciário do estado do Rio de Janeiro	801
V Encontro de Paleografia e Diplomática	
A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti	824



ASSINATURA DIGITAL COMO FENÔMENO INFOCOMUNICACIONAL: ESTUDO DE CASO NO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

Moisés Rockembach¹
Dr^a Lizete Dias de Oliveira²

RESUMO

O objetivo deste artigo é traçar um panorama geral de como a tecnologia de assinatura digital vem sendo aplicada em documentos digitais nas diversas esferas do judiciário brasileiro. As TIC'S (Tecnologias de Informação e Comunicação) estão indubitavelmente trazendo melhorias no sentido de racionalização dos espaços físicos, no armazenamento e em relação ao tempo dispendido para acessar a informação. Faz-se necessário a realização de estudos de caso que enfoque, a gênese documental, sua organização e um estudo de usuários destas tecnologias, com o intuito de aperfeiçoar as metodologias empregadas e para que haja uma consolidação destas técnicas na área judiciária, o qual poderá servir de paradigma para toda sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Assinatura digital, documento arquivístico digital, tecnologias da informação e comunicação

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação – PPGCOM / UFRGS

² Professora do Departamento de Ciências da Informação – FABICO / PPGCOM / UFRGS



1. INTRODUÇÃO

Existe um provérbio popular que diz: “a justiça tarda, mas não falha”. Quem procura a justiça, espera que ela seja feita. Quando a espera prolonga-se demasiadamente, acaba por manter a injustiça que se procura reparar, ou seja, existe um componente cronológico no fazer-se justiça. Atualmente no Brasil esta espera cronológica está sendo reduzida na medida em que já é possível instaurar um processo judicial totalmente digital, sem necessidade da presença física do advogado e nem necessidade de que os juízes estejam presentes na mesma sala, e nem sequer a materialidade do processo. Essa situação, impensável há poucos anos, já é uma realidade na justiça brasileira, o que está imprimindo uma dinâmica mais veloz aos processos. Em outras palavras, espera-se que se possa fazer justiça em tempo justo.

O presente artigo pretende fornecer um panorama geral sobre a implantação da assinatura digital e dos processos eletrônicos, entendidas como processos infocomunicacionais e de suas aplicações em prol da agilidade e transparência da justiça. O tema será abordado a partir do ponto de vista da Ciência da Informação enfocando a percepção dos desembargadores do Tribunal Regional Federal da Quarta Região que utilizam a assinatura digital, dentro da perspectiva teórico metodológica fornecida pelo método quadripolar. Abordaremos neste estudo os pólos epistemológico e teórico, enquanto que os pólos técnico e morfológico serão tratados na continuação desta pesquisa

2. IMPLANTAÇÃO DA ASSINATURA DIGITAL: PANORAMA GERAL

Para falarmos dos usos da assinatura digital no judiciário brasileiro precisamos verificar como este processo foi se solidificando e se tornado aceito e usual dentro dos tribunais. O primeiro ponto a ressaltar é a rápida evolução sofrida por essas tecnologias de Informação e Comunicação, desde o planejamento à sua implantação. Em novembro de 2006, quando iniciou-se esta pesquisa, o embasamento jurídico para a utilização destas tecnologias era a Medida Provisória nº 2.200-2/01 que instituía a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, cujo objetivo é garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em formato eletrônico, sendo composta por uma Autoridade Certificadora Raiz (AC-Raiz), Autoridades Certificadoras (AC) e Autoridades de Registro (AR). As ACs são responsáveis pela emissão de certificados digitais, através das chaves criptográficas, as quais são vinculadas ao respectivo titular. Às ARs cabe identificar e cadastrar os usuários de certificação digital da AC a que estão vinculados. A referida MP 2.200-2/01 designou o Instituto de Tecnologia da Informação (ITI), autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, como a AC-Raiz, com a função de emitir, expedir, distribuir,

revogar e gerenciar os certificados digitais das Autoridades Certificadoras em nível subsequente ao seu, além de fiscalizar e auditar as ACs e ARs.

Neste breve espaço de tempo, compreendido entre novembro de 2006 e maio de 2008, ou seja, em apenas dezenove meses, foi aprovado o Projeto de Lei nº 5828/01, que foi transformado na Lei nº 11.419/06, publicada no dia 19 de dezembro de 2006, o que significou um marco na legislação brasileira sobre a informatização do processo judicial, na medida em que possibilitou a expansão deste meio para diversas aplicações. A referida Lei nº 11.419/06 admite o uso do meio eletrônico, tanto na transmissão quanto no armazenamento dos processos judiciais civil, penal e trabalhista. Contudo, para que o processo tenha validade jurídica ele precisa ter necessariamente uma “assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica”³.

Em 21 de abril de 2007, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministra Ellen Gracie, utilizou a tecnologia de assinatura digital na primeira edição do DJ (Diário da Justiça) eletrônico, atendendo com isto a mesma Lei nº 11.419/06, que institui o processo virtual. Desta forma, o DJ eletrônico tornou-se um dos primeiros exemplos da utilização da assinatura digital em órgãos do judiciário.

No dia 30 de maio de 2007, o STF regulamenta o processo eletrônico (e-STF)⁴, através da Resolução nº 344, que consiste na utilização do meio eletrônico para a tramitação de processos judiciais, além da comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito do STF. Os processos são protocolados eletronicamente, via internet e aqueles protocolados fisicamente, terão seus originais convertidos para o meio digital. As intimações, neste caso, são feitas pelo e-STF, dispensando publicação no Diário Oficial, inclusive no DJ eletrônico. A confirmação de ciência da intimação acontece no momento da consulta ao teor da decisão no sistema eletrônico e as assinaturas dos ministros nos documentos também podem ser feitas digitalmente.

Por sua vez, o STJ (Superior Tribunal da Justiça) aplica a tecnologia de assinatura e certificação digital sob a forma da petição eletrônica, ou e-pet. Neste caso, o tribunal abre a possibilidade de receber dos advogados os requerimentos sob forma eletrônica, sem precisar se deslocar para entregar fisicamente as petições. Isto somente é possível na medida em que os advogados estejam credenciados no sistema do STJ, que tenham os programas instalados em seu computador e que possuam uma assinatura digital para confirmar a identidade do emissor da

³ Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Art. 1º, § 2º, III-a

⁴ http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=visualiza_noticia&id_caderno=20&id_noticia=16574 – acessado em 04 de junho de 2007

informação e integridade do conteúdo. Em declaração a imprensa⁵, o presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, aponta para alguns aspectos de melhoria aportados por esse sistema que dizem respeito à redução do serviço burocrático, à agilidade no trâmite processual, à segurança contra a perda de autos e democratização da divulgação do processo, que fica disponível para consulta via internet. A primeira petição eletrônica⁶ encaminhada pela internet foi recebida dia 30 de maio de 2007, um pedido de *habeas-corporis* assinado digitalmente com certificado da ICP-Brasil, tendo como autoridade certificadora a Secretaria da Receita Federal. Depois de enviado, o sistema gera um relatório contendo o nome do advogado e das partes, a identificação dos arquivos enviados e a data e hora de transmissão.

Como se pode observar por essa breve trajetória de implantação da assinatura digital e dos processos eletrônicos na Justiça brasileira, esse assunto reveste-se de extrema importância na medida em que se trata de uma tecnologia de ponta implantada em um ínfimo espaço de tempo. Sendo uma forma de validação da assinatura do indivíduo, tradicionalmente física e palpável, a assinatura digital assume um caráter cada vez mais abstrato e etéreo. Este artigo enfoca a tecnologia aplicada na comunicação de informações dentro do sistema judiciário brasileiro para, em momento posterior avaliar o impacto destas tecnologias na transformação sócio-cultural da sociedade e na sua relação com a justiça.

3. MÉTODO QUADRIPOlar COMO DISPOSITIVO METODOLÓGICO DE PESQUISA

Considerando-se a justiça brasileira como um sistema, poderíamos selecionar qualquer uma das áreas da informação – gênese, organização e comportamento informacional - do fluxo informacional estabelecido no sistema judiciário. Contudo, optamos por delimitar o universo dessa pesquisa à utilização das assinaturas digitais por parte dos Desembargadores do Tribunal Regional Federal da Quarta Região (TRF4), entendendo-os como, dentro do fluxo informacional, os últimos usuários antes da chegada do processo ao arquivo da instituição.

Para alcançar o objetivo proposto, quer seja, estudar a introdução da justiça federal no mundo digital/eletrônico, optamos pela utilização do Método Quadripolar⁷ de investigação. Esse método repousa sobre a possibilidade de um *feed-back* constante entre quatro pólos: o pólo

⁵ <http://www.aaerj.org.br/modules.php?name=News&file=article&sid=1192&mode=&order=0&thold=0> – acessado em 21 de maio de 2007

⁶ <http://www.tiinside.com.br/Filtro.asp?C=5&ID=74294> - Acessado dia 31 de maio de 2007

⁷ Para um aprofundamento do Método Quadripolar de investigação, aplicado às Ciências da Informação indicamos a obra de Armando Malheiro da Silva, principalmente no livro, escrito com Fernanda Ribeiro intitulado “Das Ciências documentais a ciência da informação (SILVA E RIBEIRO 2002)



epistemológico, o pólo teórico, o pólo técnico e o pólo morfológico. Relacionando-se entre si numa dinâmica constante, esses pólos buscam a compreensão do fenômeno info-comunicacional enfocado.

No pólo epistemológico construímos o objeto estudado, definindo-o dentro do paradigma assumido na investigação. Sendo a informação nosso objeto, e objeto científico da Ciência da Informação, temos essencialmente dois paradigmas a disposição: o paradigma custodial e o paradigma pós-custodial, definidos por SILVA (2006). O autor assume o conceito de paradigma desenvolvido por Thomas Kuhn em sua obra “A estrutura das revoluções científicas”, adaptando-o para o campo das Ciências Sociais, como forma de compreender os documentos e seus conteúdos, ou seja, sua informação.

Segundo SILVA (2006, p. 158), o paradigma custodial foi construído em uma matriz historicista e técnico-profissional.

Este paradigma identifica-se com a Modernidade, pois nasce nela, sob a égide do desenvolvimento e da consagração da História, das instituições memorialísticas e custodiadoras geradas pelo Estado-Nação e incorporadas mais tarde (depois da II Guerra Mundial) no Estado Cultural, tais como os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus e do pendor técnico/tecnicista ou procedimental, apurado ao longo do séc. XX, dos profissionais criados por esse tipo de instituições ou serviços.

Armando Malheiro da Silva resume suas características como (2006, p. 158):

primado da História como fonte legitimadora e matriz modeladora (formadora); necessidade custodial extrema tanto para alimentar o discurso historiográfico e ideológico de preservação/exaltação da identidade cultural/nacional, como para sustentar o mercado dos bens materiais antigos e raros e dos objectos de Arte (antiquários, alfarrabistas, galeristas); e operacionalização do acesso (controlado) e das condições de custódia através de um corpo de normas e de procedimentos (dimensão técnica), muitos empíricos (baseados no senso comum), vários anacrônicos (em face às sucessivas alterações tecnológicas e outras) e alguns científicos (procedentes, sobretudo, na área do restauro e conservação por intermédio da Química, da Física, da Biologia, etc.).

Por sua vez, o paradigma pós-custodial que está emergindo na Era da Informação (SILVA, p. 158):

(..) e nos meandros de uma conjuntura de transição bastante híbrida, complexa e sujeita a um ritmo de inovação tecnológica e científica quase vertiginoso (a Sociedade pós-industrial, da informação, em rede etc.). A Ciência da Informação TRANS e INTERDISCIPLINAR, que defendemos, só é possível no seio de um modo de ver, de perspectivar distinto do modelado pelo paradigma anterior, em que a preocupação pela custódia e a “ritualização” do documento é secundarizada pelo estudo científico e pela intervenção teórico-prática na produção, no fluxo, na difusão e no acesso (comunicação) da INFORMAÇÃO (representações mentais e emocionais que podem estar em diversos suportes e em mutação constante).

Atualmente estes dois paradigmas coexistem e provocam uma tensão entre eles na medida em que no primeiro paradigma observamos a primazia do suporte sobre o conteúdo, o controle do acesso à informação e seu armazenamento, o segundo leva em conta a dinamicidade da informação, podendo estar em diversos formatos e suportes.

Sem deixar de perceber a existência do paradigma custodial como algo cristalizado nas instituições e que necessita de renovação, acreditamos que somente sob uma perspectiva do paradigma pós-custodial poderemos fazer os estudos informacionais avançarem de forma a privilegiar a informação, deslocando o foco do suporte do documento.

Uma vez assumido o paradigma dentro do qual nos movimentamos para a produção de nosso estudo, passamos para o segundo pólo proposto pelo Método Quadripolar: o polo teórico. Nele definimos o problema da pesquisa, quer seja, a implantação da assinatura digital na justiça brasileira, e estabelecemos a hipótese de que as assinaturas digitais trouxeram mais dinamicidade ao fluxo infocomunicacional incrementando, dessa forma, o fazer da justiça brasileira. A Teoria dos Sistemas será usada como explicativa do fenômeno infocomunicacional buscando a possibilidade de entendermos o fenômeno na sua globalidade, considerando que a totalidade é mais do que a simples soma das partes.

A adoção de tecnologias como a assinatura digital e certificação digital vêm garantir confiabilidade e autenticidade no momento da troca de informações, cujas características a serem consideradas são a autenticidade, privacidade, integridade, não-repúdio, autenticação e autorização.

Em documentos analógicos, conteúdo e suporte são quase inseparáveis, tornando-se mais fácil determinar sua autenticidade a partir de suas características físicas, legitimando o paradigma custodial. Em documentos digitais essa possibilidade não existe. Pelo contrário, por vezes, para preservar a informação é necessário transformar o objeto físico ou lógico que a transporta. Neste

caso, para preservar a autenticidade é fundamental definir as propriedades da informação que deverão ser asseguradas durante o processo de transformação. A informação precisa ser analisada quando submetida a diferentes tecnologias, na medida em que estas possam vir a influenciar a criação, o fluxo e comportamento informacionais. O impacto causado decorrente da substituição do suporte papel, contendo uma assinatura manuscrita, para a assinatura digital, implica a preocupação com uma série de fatores como disseminação, conscientização e capacitação, capazes de transpor as barreiras culturais que possam existir nesta mudança.

Por fim, a certificação digital vem trazer segurança ao emissor e ao destinatário da mensagem, na medida em que um terceiro elemento atua na validação das assinaturas digitais, associando o emissor à chave pública e dando confiabilidade à mensagem, garantindo ao destinatário que ela foi emitida pela pessoa que assinou digitalmente.

SANTOS (2005, p.91) exemplifica a necessidade da utilização da certificação digital para garantir a confiabilidade da informação:

Para que duas instituições troquem documentos assinados, basta que possuam *softwares* compatíveis com uma infra-estrutura de chaves públicas que permita criptografar e descriptografar documentos, por exemplo, no caso da plataforma Windows, uma versão atual do leitor de correio eletrônico MS-Outlook e um *software* que emita certificados, como por exemplo, o Microsoft SP Server Edition. Se as instituições tiverem um acordo mútuo de confiança, nada mais será necessário. Porém, se precisarem de validade jurídica junto a terceiros, a legislação orienta que os certificados sejam emitidos por Autoridade Certificadora (AC) credenciada na ICP-Brasil.

A Infra-Estrutura de Chaves Públicas (ICP) tem a função de atribuir certificados digitais aos usuários de assinaturas digitais. Neste contexto, a forma de transmissão torna-se fundamental para garantir autenticidade ao documento eletrônico, envolvendo a forma física e intelectual que possui o documento no momento de recebimento pelo destinatário. Segundo RONDINELLI (2005, p.98)

O requisito forma de transmissão [...] implica que o documento tenha a mesma forma física e intelectual do momento em que é enviado ao momento em que é recebido. No caso do documento eletrônico, tal forma pode ser assegurada por meio da assinatura digital.

Estudar a realidade do sistema judiciário brasileiro de um ponto de vista da Ciência da Informação requer que se faça recurso aos fundamentos tradicionais da Arquivologia, Documentação, Informática e Ciências Jurídicas. Contudo, devido à complexidade do estudo, em um primeiro momento é imprescindível a compreensão de problemas relativos ao conceito de

documento. Se antes não tínhamos os recursos oferecidos pela atual tecnologia, por ironia temos mais problemas, decorrentes dela. A dinâmica da informação sob suporte eletrônico provoca a revisão/questionamento de determinados conceitos. Segundo o dicionário brasileiro de terminologia arquivística, documento é a “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”(ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73).

Se documento pode ser entendido como o registrar, o conteúdo registrado em determinado suporte, por sua vez, o documento eletrônico diz a qual suporte este registro foi apostado, de uma forma adjetivada. O “eletrônico” é, de certa forma, um adjetivo ao “documento”, que o qualifica através da linguagem utilizada, os códigos binários que representam a informação. Todavia, ambos os conceitos são restritivos se comparados a amplitude conceitual do conceito de Informação. É como se, de alguma maneira, a informação estivesse ligada aos fins pelos quais esse documento foi criado, aos objetivos principais do usuário e, por outro lado, o documento ou seu suporte estão ligados às tecnologias empregadas, que por si só são somente meios, instrumentos a serviço da informação. Para contextualizar, vejamos como SILVA (2006, p.145) define documento:

Informação registrada num suporte humano e material/tecnológico. É condição necessária, mas não suficiente para que ocorra em pleno o fenômeno informacional. Toda a informação que o ser humano cria, recebe e guarda na sua memória tem como fonte e suporte o próprio corpo.

Entretanto, a informação precisa ser analisada quando submetida a diferentes tecnologias, na medida em que estas possam vir a influenciar a criação, o fluxo e comportamento informacionais, desequilibrando as fronteiras do espaço-tempo, neste caso referindo-se especificamente as tecnologias digitais e em redes. Podemos pressupor, portanto, que as próprias tecnologias têm o poder de ampliar o processo de cognição humana e, por conseguinte, da informação e do conhecimento apreendido. Por outro lado, não é possível dissociar informação de comunicação, ao mesmo tempo em que ambos possuem suas peculiaridades, no estudo de seus objetos. Todavia podem e devem ser complementares. O documento trata-se, portanto do resultado da aplicação de técnicas de registro contendo toda dinâmica da comunicação.

Quanto à informação jurídica, própria desta pesquisa, podemos conceituar, segundo GUIMARÃES (2005, p.7) como: “O conjunto de conteúdos que integram o universo conceitual da Ciência Jurídica (e das instituições afetas a seu fazer), que se expressam por meio das formas documentais exteriorizadoras da atuação jurídica.”

Independente do suporte em que se encontre esta informação, para garantirmos sua eficácia probatória são necessários três principais requisitos: a garantia que estará acessível quando for

necessário apresentá-la como prova, a garantia de sua autenticidade através da assinatura, podendo ser necessário o reconhecimento de firma e, por fim, a garantia de integridade, para que, em caso de dúvida, possa ser realizada uma perícia.

No que diz respeito à informação em ambiente digital, o fato de possuir características ainda mais dinâmicas do que em suporte papel traz, além das vantagens de atualização e reprodutibilidade, também algumas preocupações quanto à veracidade e autenticidade de seu conteúdo e autor. No caso de informações jurídicas, este fator é primordial para que a justiça transcorra com transparência e equidade. Neste sentido foram adotados recursos que pudessem garantir a integridade da informação, tais como a assinatura digital e certificação digital.

Como lembra Ferreira no livro *Preservação Digital* (FERREIRA, 2006), o conceito de autenticidade varia de acordo com a ciência em que está sendo utilizado. Entre historiadores, por exemplo, a autenticidade liga-se a questão da identidade e da integridade, ou seja, de que o documento deve ser aquilo ao que ele se propõe ser. Nesse caso o conteúdo é considerado verdadeiro, na relação com o original, em relação ao contexto histórico de sua produção e se sua trajetória custodial possa ser identificada.

Para o arquivista, por outro lado, a autenticidade não pressupõe a veracidade ou sua utilização, mas é colocada em seu caráter comprobatório e testemunhal, utilizando-se, para isto, da Diplomática. Ou seja, mesmo se o documento contém erros, ou mesmo tendo sido falsificado, o documento é autêntico na medida em que é a prova de uma falsificação. Conforme DURANTI (1998, p.17, tradução nossa):

Documentos diplomaticamente autênticos são aqueles que foram escritos de acordo com a prática do tempo e lugar indicados no texto, e assinados com o(s) nome(s) da(s) pessoa(s) competente(s) para produzi-los. Documentos historicamente autênticos são aqueles que atestam eventos que realmente ocorreram ou informação que é verdadeira.

A autenticidade de documentos digitais seria ligada à capacidade de identificar os elementos diplomáticos que permitem deduzir o porquê, o quando, o onde e o por quem de um documento, ou seja, que seja o que se propõe a ser. “Outras definições pressupõem conceitos como autenticação, integridade, completude, veracidade, validade, conformidade com o original, significância e adequabilidade ao fim a que se destina” (FERREIRA, 2006, p.50). Para um maior entendimento, utilizaremos algumas definições do Manual para Arquivos Eletrônicos (ICA, 2005, p.12):

Autenticidade, definida como “a permanência ao longo do tempo das características originais do documento de arquivo no que respeita ao contexto,

estrutura e conteúdo”, o que significa que o documento de arquivo é o que pretende ser; e Fidedignidade, referida como a capacidade do documento de arquivo “servir de prova digna de crédito”, referindo-se à autoridade e fiabilidade do documento de arquivo enquanto prova.

A autenticidade de documentos digitais estaria ligada à capacidade de identificar os elementos diplomáticos que permitem deduzir o porquê, o quando, o onde e o por quem de um documento, ou seja, que ele é o que se propõe a ser.

Para isso é necessário estabelecer a proveniência do documento, contextualizando sua existência e sua trajetória na mesma medida em que sua integridade não tenha sido comprometida, através da preservação de suas propriedades, seja para um documento analógico ou digital.

A autenticidade de documentos analógicos, manuscritos, datilografados é a mesma que para os documentos digitais. O que foi introduzido com os documentos digitais é a facilidade na alteração dos documentos, a velocidade em que essas alterações podem se propagar e a dificuldade em detectar a adulteração.

Conforme dissemos anteriormente, nos documentos analógicos conteúdo e suporte são quase inseparáveis, tornando-se mais fácil determinar sua autenticidade a partir de suas características físicas. Provavelmente por isso a conservação do suporte tenha sido priorizada para garantir a preservação da informação, legitimando o paradigma custodial a que a Ciência da Informação esteve presa até o século XX. Em documentos digitais essa possibilidade não existe, pois não se consegue chegar ao nível de bits, na tentativa de rastrear sua seqüência. Pelo contrário, por vezes para preservar a informação é necessário mesmo transformar deliberadamente o objeto físico ou lógico que a transporta. Nesse caso, para preservar a autenticidade é fundamental definir as propriedades da informação que deverão ser asseguradas durante o processo de transformação, ou seja, assegurar a permanência de sua essência. É a definição de sua essência, ou seja, de suas propriedades, que garantirá a autenticidade. Contudo, devemos estar atentos para uma das propriedades fundamentais de um objeto digital: a sua dinamicidade.

Por exemplo, se a propriedade fundamental de um documento é apenas seu conteúdo textual, então basta que seus caracteres ASCII⁸ sejam preservados. Mas se a propriedade significativa é definida em termos da posição do texto na página, como ocorriam com processos jurídicos manuscritos em que se encontram anotações nas margens da página ou então diversos carimbos, então é necessário recorrer a outros formatos, como por exemplo, o PDF⁹.

⁸ American Standard Code for Information Interchange. Trata-se de um conjunto de códigos capaz de representar letras, dígitos e outros símbolos, utilizado por computadores para troca de informação textual.

⁹ Portable Document Format, permite representar o mesmo documento em diferentes hardwares e aplicativos.



Longe de serem conclusivas, estas questões referentes ao pólo teórico tem o intuito de fomentar a pesquisa e discussão da temática apresentada e levar a reflexão aos outros pólos que compõe o método Quadripolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que esta tecnologia reflete o anseio de agilizar o julgamento dos processos, mas também evidencia a facilidade e preferência em utilizar informações no suporte digital em comparação a outros suportes. Isto fica evidente quando pensamos na dinamicidade da informação, onde formamos uma cultura em que buscamos a informação necessária diretamente na Internet ou em bases de dados, atualizadas e disponíveis 24 horas por dia.

Através de um estudo de caso, quer seja de comportamento informacional, relativo a estudo de usuários no TRF4 como proposto nesta pesquisa, quer seja nas outras áreas da informação, gênese e fluxo informacionais, podemos observar melhor estas transformações que estão ocorrendo em um ritmo cada vez mais veloz e com isto trazer a tona os problemas decorrentes da avalanche informacional a que estamos sujeitos diariamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Lei nº 11.419 de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11419.htm>. Acesso em 01 jun. 2008.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 ago. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em 22 fev. 2008.



BRASIL. Lei nº 11.280 de 16 de fevereiro de 2006. Altera os arts. 112, 114, 154, 219, 253, 305, 322, 338, 489 e 555 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, relativos à incompetência relativa, meios eletrônicos, prescrição, distribuição por dependência, exceção de incompetência, revelia, carta precatória e rogatória, ação rescisória e vista dos autos; e revoga o art. 194 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2006. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Ato2004-2006/2006/Lei/L11280.htm>>. Acesso em 22 fev. 2008

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL. **Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos da Justiça Federal. MoReq-Jus**. Brasília, DF. Disponível em <http://www.jf.jus.br/portal/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=1473>. Acesso em 14 mar. 2008

DURANTI, L. **Diplomatics: New Uses for an Old Science**. Lanham, MD, and London: The Scarecrow Press, 1998. *Disponível em* <<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/view/11567/12513>>. Acesso em 01 jun. 2008

FERREIRA, M. **Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e actuais consensos**. Guimarães, Portugal: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006.

GUIMARÃES, J. A. C. **Aspectos jurídicos e diplomáticos dos documentos eletrônicos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas do Estado de São Paulo, 2005.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Documentos de Arquivo Electrónicos: Manual para Arquivistas (ICA, Estudo n.º 16)**. Paris. Tradução Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, 2005. Disponível em <http://www.ica.org/sites/default/files/ICAEstudo16_PT_4.pdf>. Acesso em 01 jun. 2008

RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SANTOS, V. B. **Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística**. 2. ed. Brasília: ABARQ, 2005.



**ENARA - Executiva Nacional das
Associações Regionais de Arquivologia**
Arquivistas unidos pelo fortalecimento da profissão!!!

SILVA, A. M.; RIBEIRO, F. Das <<Ciências>> Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto. Edições Afrontamento. 2002.

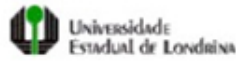
SILVA, A. M. A Informação. Da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico. Porto. Edições Afrontamento, 2006



III Congresso Nacional de Arquivologia

20 a 24 de outubro – Rio de Janeiro

Apoiadores :



Patrocínio



Realização



Organização

